

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.898 - DF (2020/0263964-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : NDT COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI**  
**ADVOGADOS : FELIPE SIMONETTO APOLLONIO - SP206494**  
**ANDRÉ APARECIDO MONTEIRO E OUTRO(S) - SP318507**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por NDT COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim resumido:

PROCESSUAL CIVIL. IPI. INCIDÊNCIA NO DESEMPAÇO ADUANEIRO E NA SAÍDA DO PRODUTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO.

1. O conceito de proveito econômico não está expressamente previsto em nosso sistema legislativo. Mas, na totalidade do sistema jurídico, supõe a existência de acréscimo patrimonial. No entanto, entender proveito econômico como sinônimo de acréscimo patrimonial não se mostra razoável para que se proceda a melhor interpretação para fins de fixação de honorários advocatícios de sucumbência, vez que ocorrem situações em que a parte vencedora da demanda não experimentará efetivo ganho em seu patrimônio.
2. Inexiste vinculação direta e obrigatória entre o proveito econômico e o valor atribuído à causa, pois esta (vinculação) poderá ou não ocorrer.- Nesse sentido, o art. 291 do NCPC assim prescreve: "A toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediato".
3. Ademais, os honorários advocatícios de sucumbência têm natureza remuneratória e não podem servir como instrumento de penalidade pecuniária aplicada ao vencido na demanda, sob pena de imposição de ônus excessivo.
4. Apelação parcialmente provida.

Nas razões do recurso especial obstando na origem, alega violação do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73, além de divergência jurisprudencial, no que concerne ao modo de arbitramento dos honorários advocatícios, trazendo o seguinte argumento:

Ocorre que, apesar do V. Acórdão ter sido proferido sob a vigência do atual Código de Processo Civil não podemos olvidar

que a condenação em honorários realizada pela sentença proferida levou em consideração a redação do artigo 20 § 3º e 4º do Código de Processo Civil de 1973, justificando a condenação realizada com base nas condições do referido diploma legal, as quais foram devidamente valoradas pelo D. Juízo Singular.

Porém, o D. Tribunal "a quo" ao analisar a matéria em debate, bem como a procedência do valor de honorários fixados aplicou ao caso as disposições do Novo Código de Processo Civil, especialmente o artigo 85 §8º do referido diploma legal.

Ocorre que, em relação à aplicação do Novo CPC aos casos em curso, este D. Tribunal Superior em diversos julgados proferidos recentemente firmou entendimento no sentido de ser inaplicável o novo CPC para fins de alteração do valor dos honorários arbitrados em sentença proferida ainda na vigência do Código de 1973, especialmente ante a natureza não processual do instituto dos honorários (fls. 207).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ”. (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.514.978/SC, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 17/6/2020; AgInt no AREsp 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018; e AgRg no AREsp 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018.

Ademais, verifica-se que a questão sobre a qual teria havido o dissídio jurisprudencial não foi examinada pela Corte de origem.

Dessa forma, reconhecida a ausência de prequestionamento da questão objeto da divergência jurisprudencial, inviável a demonstração do referido dissenso em razão da inexistência de identidade entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea "c".

Nesse sentido: “O óbice da ausência de prequestionamento impede a análise do dissenso jurisprudencial, porquanto inviável a

# *Superior Tribunal de Justiça*

comprovação da similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado”. (AgInt no AREsp 1.639.095/RJ, relator Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 19/5/2020.)

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes precedentes: AgInt no REsp 1.862.546/SP, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 14/8/2020; AgInt no AREsp 1.486.884/RS, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, Dje de 19/2/2020; e EDcl no REsp 1.274.569/MG, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 25/8/2014.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente